



Ata da tricentésima vigésima segunda reunião do Conselho Deliberativo do IMAS, biênio 2023/2024, ocorrida no vigésimo nono dia de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na sede do IMAS, à rua Maria Geralda Paranhos, cento e sete, Centro, Viçosa, Minas Gerais. Compareceram os conselheiros: Cássia Maria Lopes Salgado, Dênio José Viana, Emerson Jacinto Carneiro, Fábio Lúcio Barbosa, Cláudio Batista Gouveia, Maria de Souza Fontes, Rafaela de Cássia Firmino e Alessandra de Souza Cassemiro. A conselheira Érica Costa de Freitas não compareceu e não justificou. Dênio iniciou a reunião apresentando os pareceres jurídicos solicitados pelos conselheiros na reunião anterior, apresentados em anexo. Colocou que, para deixar de forma mais célere, quando os pareceres forem solicitados pelos conselheiros será aberto um processo administrativo e o parecer será solicitado ao assessor jurídico, escaneado e enviado aos conselheiros. Comunicou que os pareceres solicitados na última reunião serão enviados a todos. Iniciou então informando sobre a situação do parecer solicitado pelos conselheiros Alessandra e Emerson sobre o conselho fiscal: em suma, segundo Dênio, a nomeação deveria ter sido realizada na mesma data da eleição do conselho deliberativo. Realizou a leitura do artigo da lei (estatuto do IMAS) que informa como ocorre a instituição do conselho fiscal: o SINFUP seria responsável por realizar a eleição dos seus membros no mesmo momento da eleição do conselho deliberativo. Dênio colocou então que, para instituir o conselho fiscal no atual momento, as datas divergiriam da data da instituição do conselho deliberativo. Alessandra pontuou então que o que foi dito pelo sindicato foi que não houveram candidatos, mas que na verdade a mesma chegou a indicar possíveis nomes. Informou que, em seu entendimento, seria viável realizar eleição nem que seja para a gestão fiscal dos próximos quatro meses. Sugeriu que se analisasse com o jurídico a possibilidade de se cobrar a realização da eleição de um conselho fiscal "interino" para suprir o que não foi feito pelo sindicato. Dênio externou sua preocupação com o fato das datas de instituição dos conselhos serem diferentes. Maria de Souza recomendou que o IMAS questione o sindicato do porquê não foi realizada a eleição do conselho, resguardando-se os membros do conselho deliberativo de eventuais questionamentos. Dênio colocou que desde que trabalha no IMAS foi possível instituir apenas uma vez um conselho fiscal, pois há muita dificuldade em conseguir interessados. Sugeriu então que caso na próxima eleição não apareçam inscritos, se solicite ao sindicato que o mesmo faça assembleia antes do fim das inscrições para captar interessados em se inscrever para participar do certame. Alessandra sugeriu então que isso conste em lei, colocando que quando a comissão da eleição do IMAS é montada, muitas vezes ocorre conflito de interesse na instituição. Dênio informou que isso já foi colocado em um projeto de lei, que está preso na prefeitura. Alessandra informou que ajudará a andar com este projeto, para tornar as eleições mais transparentes. Em seguida, Alessandra sugeriu que a lei

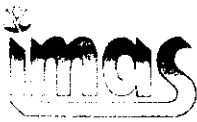
*firmado*

*[Handwritten signatures and initials]*

também alterasse a eleição do Diretor Administrativo financeiro para ser feita de forma direta, da mesma forma que é feita atualmente a eleição do presidente. Dênio lembrou que na época em que foi discutido, haviam três possibilidades: a de que a eleição do diretor administrativo financeiro seja por voto direto de forma separada do presidente, que ela seja feita junta com o mesmo, no formato de "chapas", ou que se mantenha a eleição indireta. Fábio colocou que pensa que deveriam haver requisitos mínimos para ser diretor financeiro e presidente do instituto. Rafaela colocou que deveria haver uma reunião em que o conselho discuta apenas sobre este assunto. Alessandra informou que não há tempo hábil para se fazer estas reuniões, e segundo ela o que ficou acordado é que cada conselheiro traria as sugestões de cada ente para formar a decisão final do conselho deliberativo, que é soberana. Dênio externou preocupação com o prazo para a alteração de lei que altere a forma da eleição do instituto, a ocorrer ainda no ano de 2024, e Alessandra informou ao presidente que já se informou que quanto a isso, e que não há problema algum. Alessandra levantou também a possibilidade de pagamento de gratificação para os conselhos fiscal e deliberativo, de forma a haver melhor captação dos possíveis candidatos. Dênio pontuou que, para isso ocorrer, seria necessário haver uma previsão orçamentária. Cássia informou que no caso do IPREVI, possíveis requisitos são derivados da lei federal, que regulamenta a previdência própria. Que no caso do conselho do IMAS o fato de não haver regulamentação federal dificulta a elaboração dos requisitos. Emerson colocou que acha que está em cima da hora para realizar qualquer mudança, que o SINFUP e o SINDIUTE representam os servidores, e que entende que há servidores com intenção de passar por cima das atribuições dos sindicatos. Expôs que entende que são necessárias mudanças, mas que neste momento é contra qualquer tipo de alteração no estatuto. Maria de Souza Fontes concordou com Emerson, e Dênio concordou com Maria de Souza. Alessandra enfatizou que faz mais de um ano que este assunto está sendo discutido e que, em sua opinião, há tempo hábil para as alterações serem feitas para a próxima eleição. Informou que, em sua opinião, dessa forma o certame seria feito de maneira mais igualitária e que no formato atual o indicado do IMAS ou da prefeitura tem a maior chance de ser eleito para diretor. Sugeriu então a votação dentro do conselho para se decidir pelo prosseguimento ou não do projeto de lei. Informou que, por exemplo, em eleição anterior, o prefeito à época, Ângelo Chequer, realizou ligações nos setores pedindo votos para a pessoa apoiada por ele. O conselho prosseguiu à votação do assunto eleição: Emerson repetiu que hoje, da forma que está, acha melhor não realizar a alteração da lei, ressaltou que é a favor da mudança, mas que vê que pode ser possível uma alteração vir a piorar a situação da eleição do instituto, ao invés de melhorar. Cláudio votou que acha melhor fazer a mudança agora. Maria de Souza também acha melhor fazer a mudança, só que não agora. Cássia acha melhor fazer a

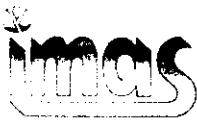
Emerson

*Handwritten signatures and initials:*  
- A signature that appears to be "Cássia"  
- A signature that appears to be "Maria de Souza"  
- A signature that appears to be "Cláudio"  
- Initials "FS" and "MS" written vertically.



mudança agora. Alessandra avaliou que, em sua concepção, seria possível levar o pedido à câmara, e avaliar se os vereadores vão aprovar ou não e então votou a favor mudar a legislação agora. Fábio também concordou em realizar a mudança agora. Rafaela ponderou que acha que agora não é a hora de mudar. Dênio, por fim, pontuou que acha que o momento de se realizar a alteração não é agora. Dênio então sugeriu que os conselheiros procurem a opinião formada dos seus entes para trazerem na próxima reunião. Emerson pontuou que não há tempo hábil, reforçou que é necessária a opinião dos servidores da educação, que em sua opinião o sindicato da educação (SINDIUTE) vai querer em eventual alteração do estatuto passar a participar do conselho do IMAS também, assim como houve no Instituto de Previdência (IPREVI). Cássia e Emerson pontuaram que as discussões de alteração do conselho do IPREVI duraram mais de um ano para serem aprovadas e entrarem em vigor. Maria de Souza pontuou que o IMAS é de todos os servidores, e que todos deveriam participar da discussão a respeito do projeto de lei que altere o estatuto. Alessandra mencionou que, em sua opinião, a discussão sobre o projeto de lei tem que ocorrer na câmara, pois lá poderia ocorrer uma audiência com todas as categorias, e que nessa eventual audiência seria possível ocorrer a conversa com todas as categorias, e se for constatado que não é possível a lei entrar em vigor agora, que pelo menos a discussão se iniciaria. Colocou que o importante agora é que o projeto "saia do papel". Em suma, a sugestão da Alessandra é que a discussão sobre a lei que altere o estatuto do IMAS seja feita na câmara. Cláudio pontuou que é o conselho que representa os funcionários. Emerson novamente ratificou que o importante é ouvir primeiro os servidores, se possível inclusive via assembleia no Sindicato, e que em seu entendimento a prefeitura antes de encaminhar qualquer projeto de lei à Câmara dos Vereadores, vai querer discutir com os servidores. Fábio se retirou da reunião, e informou que voltaria quando o assunto for esgotado. Dênio expôs a sua opinião, de que se o projeto chegar na prefeitura sem o aval dos segurados, é possível que seja engavetado. Maria sugeriu então que primeiro se traga o projeto para o conselho, para que depois o projeto ande. Emerson pontuou novamente da importância do sindicato: todos os projetos que cabem ao servidor até o momento têm a aprovação do SINFUP através de documento constante no devido processo administrativo. Alessandra ressaltou novamente que essa discussão se estende por mais de um ano, e que a parte dela foi feita, que a mesma levou a discussão aos seus pares, e que o problema é que os outros conselheiros não fizeram a sua parte. Cláudio colocou que seu voto a favor tem respaldo de dezenas de servidores. Maria de Souza fontes lembrou que a discussão que ocorreu anteriormente foi apenas sobre a mudança da eleição do diretor financeiro, Alessandra adicionou a questão da gratificação. Maria de Souza expôs que acha difícil o projeto ser aprovado dessa forma. Dênio então colocou que a opinião dos servidores da

*eminens*  
*Alf*  
*Quintano*



mudança agora. Alessandra avaliou que, em sua concepção, seria possível levar o pedido à câmara, e avaliar se os vereadores vão aprovar ou não e então votou a favor mudar a legislação agora. Fábio também concordou em realizar a mudança agora. Rafaela ponderou que acha que agora não é a hora de mudar. Dênio, por fim, pontuou que acha que o momento de se realizar a alteração não é agora. Dênio então sugeriu que os conselheiros procurem a opinião formada dos seus entes para trazerem na próxima reunião. Emerson pontuou que não há tempo hábil, reforçou que é necessária a opinião dos servidores da educação, que em sua opinião o sindicato da educação (SINDIUTE) vai querer em eventual alteração do estatuto passar a participar do conselho do IMAS também, assim como houve no Instituto de Previdência (IPREVI). Cássia e Emerson pontuaram que as discussões de alteração do conselho do IPREVI duraram mais de um ano para serem aprovadas e entrarem em vigor. Maria de Souza pontuou que o IMAS é de todos os servidores, e que todos deveriam participar da discussão a respeito do projeto de lei que altere o estatuto. Alessandra mencionou que, em sua opinião, a discussão sobre o projeto de lei tem que ocorrer na câmara, pois lá poderia ocorrer uma audiência com todas as categorias, e que nessa eventual audiência seria possível ocorrer a conversa com todas as categorias, e se for constatado que não é possível a lei entrar em vigor agora, que pelo menos a discussão se iniciaria. Colocou que o importante agora é que o projeto "saia do papel". Em suma, a sugestão da Alessandra é que a discussão sobre a lei que altere o estatuto do IMAS seja feita na câmara. Cláudio pontuou que é o conselho que representa os funcionários. Emerson novamente ratificou que o importante é ouvir primeiro os servidores, se possível inclusive via assembleia no Sindicato, e que em seu entendimento a prefeitura antes de encaminhar qualquer projeto de lei à Câmara dos Vereadores, vai querer discutir com os servidores. Fábio se retirou da reunião, e informou que voltaria quando o assunto for esgotado. Dênio expôs a sua opinião, de que se o projeto chegar na prefeitura sem o aval dos segurados, é possível que seja engavetado. Maria sugeriu então que primeiro se traga o projeto para o conselho, para que depois o projeto ande. Emerson pontuou novamente da importância do sindicato: todos os projetos que cabem ao servidor até o momento têm a aprovação do SINFUP através de documento constante no devido processo administrativo. Alessandra ressaltou novamente que essa discussão se estende por mais de um ano, e que a parte dela foi feita, que a mesma levou a discussão aos seus pares, e que o problema é que os outros conselheiros não fizeram a sua parte. Cláudio colocou que seu voto a favor tem respaldo de dezenas de servidores. Maria de Souza fontes lembrou que a discussão que ocorreu anteriormente foi apenas sobre a mudança da eleição do diretor financeiro, Alessandra adicionou a questão da gratificação. Maria de Souza expôs que acha difícil o projeto ser aprovado dessa forma. Dênio então colocou que a opinião dos servidores da

*opinione*  
*Ass*  
*Ass*  
*Ass*



prefeitura, que é maioria, já existe e falta então a opinião do IMAS, do SAAE e do IPREVI, sugeriu que seja feita uma votação nos entes, e a opinião seja trazida para o conselho pelos conselheiros. Emerson reforçou novamente então a importância de se ouvir a opinião de todos os servidores. Alessandra novamente reforçou que ela e Cláudio já representam os servidores. Emerson esclareceu que não são todos os servidores e que seria necessária a ciência plena dos servidores em sua totalidade, com a necessidade de todo o trâmite de uma assembleia. Alessandra reforçou novamente que a opinião da prefeitura é de que seja realizada a eleição direta, mas que a opinião dos outros servidores pode divergir, e questionou como seria feito nesse caso. Maria de Souza reforçou que sua sugestão feita anteriormente busca justamente resolver a questão através do fato de minuta a ser apresentada pelo instituto primeiramente aos conselheiros. Rafaela reforçou a sua ideia de se realizar uma reunião para discussão das mudanças sugeridas. Emerson colocou novamente que é a favor da mudança, só não concorda que seja feita agora. Dênio então, pontuou que Henrique, assessor jurídico do instituto, irá fazer a minuta que será enviada aos conselheiros. Cássia explicou que só votou a favor do projeto andar agora por achar que a discussão deve se iniciar nesse momento. Sobre o projeto das gratificações do conselho, Dênio e Rafaela informaram que este projeto não chegou a ser enviado para a prefeitura e Alessandra solicitou que tal projeto seja trazido na próxima reunião e posteriormente enviado à prefeitura. A seguir, Dênio pontuou discussão ocorrida na reunião anterior sobre o reembolso ser realizado ao servidor Fábio de forma integral. Informou que a mudança na lei sugerida é difícil de ocorrer, visto que o IMAS para isso precisaria abrir mão de receita. Informou também que a solicitação da Jodiane e do Fábio de não se colocar limite para atendimento com psicopedagoga dos seus filhos foi atendida pelo instituto. Passou a palavra à Rafaela, que fez um levantamento e informou aos conselheiros que em 2022 foram realizados 354 reembolsos, sendo: 140 consultas médicas, 1 terapia ocupacional, 22 consultas com psicólogo, 4 consultas com nutricionista, 49 exames, 22 internações e cirurgias, 62 reembolsos de descontos indevidos, 8 consultas com fonoaudiologia e 45 procedimentos de fisioterapia ou pilates. Já em 2023, foram 423 reembolsos, sendo: 187 consultas médicas, 3 terapias ocupacionais, 30 consultas com psicólogo, 10 consultas com nutricionista, 57 exames, 19 internações e cirurgias, 47 reembolsos de descontos indevidos, 10 consultas com fonoaudiologia, 59 procedimentos de fisioterapia ou pilates e 1 consulta com psicopedagogo. Por fim, em 2024 foram realizados até o dia vinte e três do mês de abril 131 reembolsos, sendo: 60 consultas médicas, 1 terapia ocupacional, 8 consultas com psicólogo, 2 consultas com nutricionista, 13 exames, 2 internações e cirurgias, 23 reembolsos de descontos indevidos, 1 consulta com fonoaudiologia e 21 procedimentos de fisioterapia ou pilates. Informou também aos conselheiros que fez um levantamento do valor

*Emerson*  
*Alessandra*  
*Rafaela*  
*Dênio*  
*Cássia*  
*Henrique*  
*Maria de Souza*  
*Jodiane*  
*Fábio*



gasto com pagamentos de reembolso feito pelo instituto em 2023: R\$ 78.775,63 (setenta e oito mil setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), sendo que esse não corresponde ao valor total reembolsado no ano, uma vez que deve ser somado aos reembolsos feitos via crédito em farmácia. Informou também que elaborou relatório dados valores levantados pela aplicação dos recursos financeiros do instituto, apresentada em anexo e entregue aos conselheiros. Questionada por Emerson, informou aos conselheiros que os investimentos financeiros do instituto ocorrem apenas pela Caixa Econômica Federal. Sobre o atraso nos pagamentos, leu aos conselheiros ofício da secretaria de finanças, apresentado em anexo, que em suma atribui esta dificuldade à troca do sistema de gestão contábil utilizado pela prefeitura. Rafaela informou a dívida da prefeitura: R\$297.645,37 (duzentos e noventa e sete mil), referente a patronal do mês de fevereiro. Informou aos conselheiros também o valor enviado para pagamento pela prefeitura em março pelo instituto, que ainda não foi empenhado: R\$863.325,20 (oitocentos e sessenta e três mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte centavos). Somando-se os valores, informou que a dívida da prefeitura com o instituto atualmente é de R\$1.161.242,15 (um milhão, cento e sessenta e um mil duzentos e quarenta e dois reais e quinze centavos). Emerson informou aos conselheiros que o mesmo problema de repasse que ocorre com o IMAS está ocorrendo com o sindicato. Rafaela informou aos conselheiros sobre as reuniões do conselho serem realizadas de forma aberta: Segundo a mesma, que buscou se informar sobre o assunto em curso realizado sobre Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a reunião do conselho deliberativo deve ser aberta e qualquer um poderá assistir, sendo que para participar, a solicitação precisa ser feita com antecedência. Além disso, caso vá tratar de assunto que envolve dado sensível, assim definido na LGPD, o conselho pode pedir para as pessoas presentes se retirar e também pode solicitar omissão do dado na ata. O conselho também pode pedir para que todos se retirem, caso seus membros se sentirem coagidos para deliberar algo. Por fim, Rafaela informou aos conselheiros o saldo em caixa do instituto: R\$ 3.426.140,22 (três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e quarenta reais e vinte e dois centavos), informando que em sua gestão, o instituto nunca teve tanto valor em caixa. Nada mais havendo a tratar eu, Jorge Lucas Santos da Luz, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

*Emerson*  
*Rafaela*  
*Jorge Lucas Santos da Luz*  
*[Signature]*